

Quando as Periferias são Centro

A Indústria da Tecelagem
e das Sedas

08^a 29^a
maio julho



CCA
Alfândega da Fé

Quando as Periferias são Centro

A Indústria da Tecelagem
e das Sedas

Ficha Técnica

Coordenação:

Ana Margarida Duque

Comissário Científico:

Francisco José Lopes

Projeto Gráfico:

Luís Rocha

Fotografia:

John Gallo e Francisco José Lopes

Montagem:

Paulo Pires; Bruno Santos; Alexandro Pousado,
Eugénia Vilela, Sílvia Ferreira, Matilde Celas,
Amável Antão

Impressão e Edição:

Casa da Cultura Mestre José Rodrigues
Câmara Municipal de Alfândega da Fé

Agradecimentos:

Museu Abade Baçal (Ana Afonso, Eugénia Vilela,
CM de Macedo de Cavaleiros (Elsa Escobar, Cristina
Correia), Museu de Ovar (Manuel Cleto, Jorge
Bacelar), Vilares & Vieira Lda, José Dias

Índice

Nota de abertura

A economia da seda-Reflexões a partir da História 1

Quando as Periferias São Centro:

a indústria de tecelagem e das sedas 5

Apresentação 7

Núcleo 1

História da Seda em Trás-os-Montes 10

Núcleo 2

Real Filatório de Chacim 14

Núcleo 3

Estação de Sericultura de Mirandela 16

Núcleo 4

A Seda em Freixo de Espada à Cinta 18

Núcleo 5

Simbologia, ornamentação e cor 20

Núcleo 6

Moda Feminina 22

Sobre a Sericultura no Concelho de Alfândega da Fé

Introdução 25

A sericultura no concelho antes do final

do século XVIII 26

De finais do século XVIII aos anos 80 do século XIX 28

A criação da “fábrica” de Chacim 29

A recuperação da indústria da Seda

entre 1835-1875 32

A sericultura no concelho depois de 1875 36

Conclusão 38

Quadro 1 – Ano de 1790 | PRODUÇÃO DE CASULO 39

Quadro 2 – 1853 – 1857 | PRODUÇÃO DE CASULO 39

Quadro 3 – 1868 – 1875 | PRODUÇÃO DE CASULO 39

Notas 40

BIBLIOGRAFIA 43

Nota de abertura

A economia da seda-Reflexões a partir da História

Como se pode avaliar pelo texto do prof. José Lopes, que integra o catálogo desta exposição, a seda foi uma importante atividade económica do concelho e no distrito, particularmente na última metade do séc. XVIII e em alguns momentos do séc. XIX, tendo-se estendido para o século XX, já numa fase de declínio.

A importância desta atividade levou à tentativa da sua modernização e expansão, com a criação do Real Filatório de Chacim, iniciativa da qual resultaria também a criação, em Vilarelhos, de uma Escola para divulgação dos métodos piemonteses de fiação.

Por razões diversas, entre as quais os efeitos das Invasões Francesas, as perturbações políticas da primeira fase do nosso sistema liberal (1820-1850) e as doenças que atacaram o bicho-da-seda, a iniciativa de Chacim e outras que se lhes seguiram, acabaram por não conseguir fazer desta atividade económica um

processo de desenvolvimento do distrito de Bragança e, a partir da década de setenta do século XIX, não estando extinta, a sericultura no distrito, naturalmente também neste concelho, não voltou a conhecer os momentos de importância económica anteriores.

A crise económica, quase endémica, que se instalou em Portugal no último quartel do século XIX e se prolongou pela 1ª República e para lá dela, os problemas agrícolas que se viveram com a destruição das vinhas pela filoxera, o forte surto de emigração, primeiro para o Brasil, depois para África e finalmente para a Europa, são outros fatores que explicam o desaparecimento da sericultura enquanto atividade económica sustentável.

No entanto, embora importantes, todas as razões indicadas, às quais até se podem acrescentar as próprias dinâmicas do mercado internacional da seda e o aparecimento de tecidos alternativos e mais baratos, não explicam tudo.

Seria interessante perceber de forma mais profunda o que aconteceu com a sericultura e porque nunca se recuperou esta atividade.

O desânimo dos agricultores, que de alguma forma

aparece no texto referido, a propósito da resistência à plantação de amoreiras, quando a produção de casulo já não era atrativa, não foi uma causa. Talvez tenha sido mais uma consequência.

Que lições podemos nós tirar destes acontecimentos?

Por vezes pensamos que a atividade agrícola e económica deste território *“sempre foi assim”* mas por este exemplo podemos ver que também a agricultura se adapta ao mercado local e global e os agricultores investem nas culturas que são mais rentáveis, e mesmo quando há políticas nacionais e locais que tentam direcionar as atividades nem sempre se consegue ter sucesso e os agricultores fazem as suas escolhas, supomos que com base numa racionalidade que nem sempre é a dos políticos.

Mas a explicação mais objetiva será a de que as políticas muitas vezes *“correm atrás do prejuízo”*, em vez de ter uma visão para o futuro e foi sobretudo isso que aconteceu com a sericultura: o Estado, pura e simplesmente, nunca foi capaz de investir verdadeiramente na organização desta atividade económica, para que o seu desenvolvimento fosse gerador de riqueza, de criação de postos de trabalho e de

fixação das populações, e os atores locais também não foram capazes de se organizar e pressionar no sentido de que se promovessem políticas eficazes nesta área.

O fracasso da atividade económica da seda pode bem considerar-se como um exemplo do abandono a que as regiões do interior são votadas há séculos, mesmo que nelas existam potencialidades economicamente viáveis, e da incapacidade dos atores locais se organizarem e terem a força suficiente para reverterem esta situação de menos atenção e até de desconhecimento de quem *“manda”* a partir de Lisboa.

É por estas razões que a vinda desta exposição para o nosso concelho e a sua abertura no dia do Feriado Municipal faz todo o sentido, pois à volta da evocação dos factos históricos podemos desenvolver uma reflexão que nos alerte para os problemas de desenvolvimento do território, que continuamos a enfrentar, e para a exigência que devemos fazer aos atores locais, que têm a obrigação de se organizar e trabalhar em conjunto e reivindicar junto do poder Central, no sentido de se encontrem as soluções e as medidas que evitem venha a acontecer com alguns setores o mesmo que se passou com a sericultura.

Podemos aqui dar como exemplo a castanha, que é um

setor que necessita de apoio para combate às doenças e para enfrentar os períodos de seca que se preveem em consequência das alterações climáticas.

A Autarquia tem vindo a trabalhar nesse sentido e integra organizações supramunicipais como a Refcast e o Centro Nacional de Frutos Secos, que reivindicam medidas para proteger este setor dos frutos secos, sendo que ambas as organizações incluem o ensino superior, a UTAD e o IPB, mostrando a importância do conhecimento e da investigação também na área agrícola.

Aprovamos também a realização de um plano estratégico para o regadio na serra de Bornes, onde existe esta cultura da castanha.

Também é importante organizar os agricultores e levá-los a participar nas soluções para os problemas existentes. Esse trabalho tem vindo a ser feito pela Autarquia, que tem trabalhado em conjunto com a Cooperativa Agrícola, Associações de Regantes e outras instituições (DGADR, etc.) de forma a duplicar, nos próximos 3, 4 anos, a área de regadio do concelho, aumentando assim a produtividade agrícola: requalificação da Barragem e Regadio da Esteveíinha; requalificação do regadio da Camba; nova Barragem na zona de Gebelim para regar o planalto de Vilarchão/Parada, com a respetiva rede de rega; alargamento do regadio em Santa Justa junto à

barragem daquela aldeia; reforço da Barragem da Burga, com uma nova barragem em Vilaes da Vilariça. Umas já aprovadas no PDR, outras em execução e outras em fase de preparação da candidatura.

Este é um trabalho imenso que teremos de continuar a fazer, para que a nossa agricultura tenha futuro.

A Agricultura é a nossa base económica, mas temos de perceber que não é suficiente. Precisamos de investir mais na transformação, valorização e comercialização dos produtos locais, no turismo e na atração de outras empresas que criem postos de trabalho localmente.

Esse é um desafio que temos bem presente no curto e médio prazo, mas precisamos de pensar supramunicipal e a mais longo prazo, se queremos preparar o futuro e combater os problemas atuais, que são o despovoamento e a falta de oportunidades de emprego para fixar e atrair pessoas para o território.

Berta Ferreira Milheiro Nunes

(Presidente da Câmara de Alfândega da Fé)

Abril 2018.

Quando as Periferias São Centro: a indústria de tecelagem e das sedas

A história da indústria da seda em Trás-os-Montes continua a ser um tema sedutor, para isso muito contribuiu o facto da sericultura e a indústria da seda terem constituído uma componente estrutural determinante da economia trasmontana, sobretudo no período setecentista.

A exposição “Quando as periferias são centro: a indústria de tecelagem e das sedas”, realizada no âmbito do evento “Terra(s) de Sefarad - Encontros de Culturas Judaico-Sefardita”, que ocorreu de 15 a 18.06.2017, em Bragança, representa um marco importante para o conhecimento e divulgação da história da indústria da seda em Trás-os-Montes, destacando a produção na época de auge da exploração setecentista.

O catálogo que a autarquia de Alfândega da Fé, em boa hora decidiu editar, constitui-se instrumento fundamental para a sua divulgação e confere existência perene à exposição.

Com grande entusiasmo, o Museu do Abade de Baçal apresenta em Alfândega da Fé, no excelente Centro Cultural, esta exposição temporária, dando continuidade a uma estratégia de cooperação entre organismos

culturais que, reunindo sinergias, possibilita o acesso alargado do público a coleções e projetos expositivos merecedores de divulgação.

Assim é, consideramos nós, o caso desta exposição. Um projeto do Museu Abade de Baçal, detentor de uma vasta coleção referente à arte da seda e que contou com diversas colaborações. Uma iniciativa a “diversas mãos” que permitiu a itinerância desta peculiar exposição.

Composta por um conjunto, consideravelmente extenso, de peças e documentos ligadas à arte da seda, definiu-se um percurso fluido e apelativo que estabelece curiosos diálogos entre textos manuscritos do Abade de Baçal e os objetos que dão forma ao discurso expositivo.

A exposição é documental e etnográfica, acrescida de espécies de excelência, procedentes da região. Destacam-se reproduções de documentos do Arquivo Distrital de Bragança, Torre do Tombo, Biblioteca Nacional, acervo proveniente do Real Filatório de Chacim, do Museu da Seda de Freixo de Espada à Cinta, da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, da Diocese de Bragança-Miranda, de coleções privadas e da excelente coleção de sedas que o Museu do Abade de Baçal possui; algumas das peças consolidadas com o apoio do Instituto José de Figueiredo para, pela primeira vez, serem expostas.

A exposição divide-se em diferentes núcleos. No primeiro a “História da Seda em Trás-os-Montes”, configurada por um friso cronológico e a reprodução dos documentos mais relevantes referentes ao tema, destacando os processos de inquisição de diversos judeus ligados à indústria da seda, provenientes da Torre do Tombo. Associam-se o estandarte de Alfândega da Fé e o Foral Manuelino com referências à produção da seda. Apresenta-se a cartografia da produção da seda na região, em painel onde se reproduzem os desenhos de Duarte de Armas. A multiplicidade de fio e tecido em seda, assim como os tingimentos são também referenciados.

Segue-se o núcleo onde estão patentes várias peças e documentos que ilustram como se desenvolvia a produção da seda em três dos maiores focos de produção de Trás-os-Montes: o Real Filatório de Chacim, Estação de Sericultura de Mirandela e Freixo de Espada à Cinta. Neste último apresenta-se a reativação do processo artesanal de produção por parte da Associação da Seda de Freixo de Espada à Cinta, onde se pode apreciar ao vivo todo o ciclo da produção artesanal da seda.

Nos últimos núcleos poderemos observar peças em seda de rara beleza, como a paramentaria religiosa: casulas, véus de ombros, pálios, véus de cálix, de fabrico nacional e estrangeiro, remetendo-nos para as viagens da seda.

Termina-se com a mostra de tecidos e peças de vestuário ligadas à moda feminina.

Com o vídeo a “Arte da Seda” documenta-se todo o ciclo da produção artesanal da seda.

Acreditamos que, com a realização desta exposição, criamos um momento privilegiado de conhecimento, divulgação e valorização deste património, promovendo o desenvolvimento e promoção deste território.

Esta exposição é um ponto de partida no caminho, feito em conjunto, não voltado para o passado, mas tentando equacionar e impulsionar novas possibilidades para esta memória histórica.

Ao município de Alfândega da Fé e a todos os que, com a sua colaboração, contribuíram para a realização deste projeto o nosso profundo agradecimento.

Ana Maria Afonso
Diretora do Museu Abade de Baçal

Apresentação

*“A história da indústria da seda em Trás-os-Montes continua a ser um tema sedutor. O facto de a sericultura e a indústria da seda terem constituído uma componente estrutural determinante da economia trasmontana leva a que o Museu do Abade de Baçal, veja como importante a realização desta exposição. A exposição intitulada **“Quando as periferias são centros: a indústria de tecelagem e das sedas”** sobre a história da indústria da seda em Trás-os-Montes é uma exposição*

A Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, em Alfândega da Fé, decidiu associar-se à divulgação desta exposição organizada pelo Museu do Abade de Baçal por considerar culturalmente relevante esta mostra documental e etnográfica relacionada com a seda, atividade económica que também neste concelho teve uma significativa importância em finais do século XVIII e em alguns períodos do século XIX, muito embora se saiba que a sericultura, ainda que com menor expressão económica, se manteve até aos anos cinquenta do século passado.

Assim, ao mesmo tempo que se dão a conhecer factos cronologicamente identificados, documentos,

tecnologias antigas e modernas de trabalho em torno da sericultura e exemplos de utilização da seda, nomeadamente no vestuário, a vinda desta exposição justificou a elaboração de um texto, que acompanha este catálogo, mais direcionado para a realidade da sericultura neste concelho.

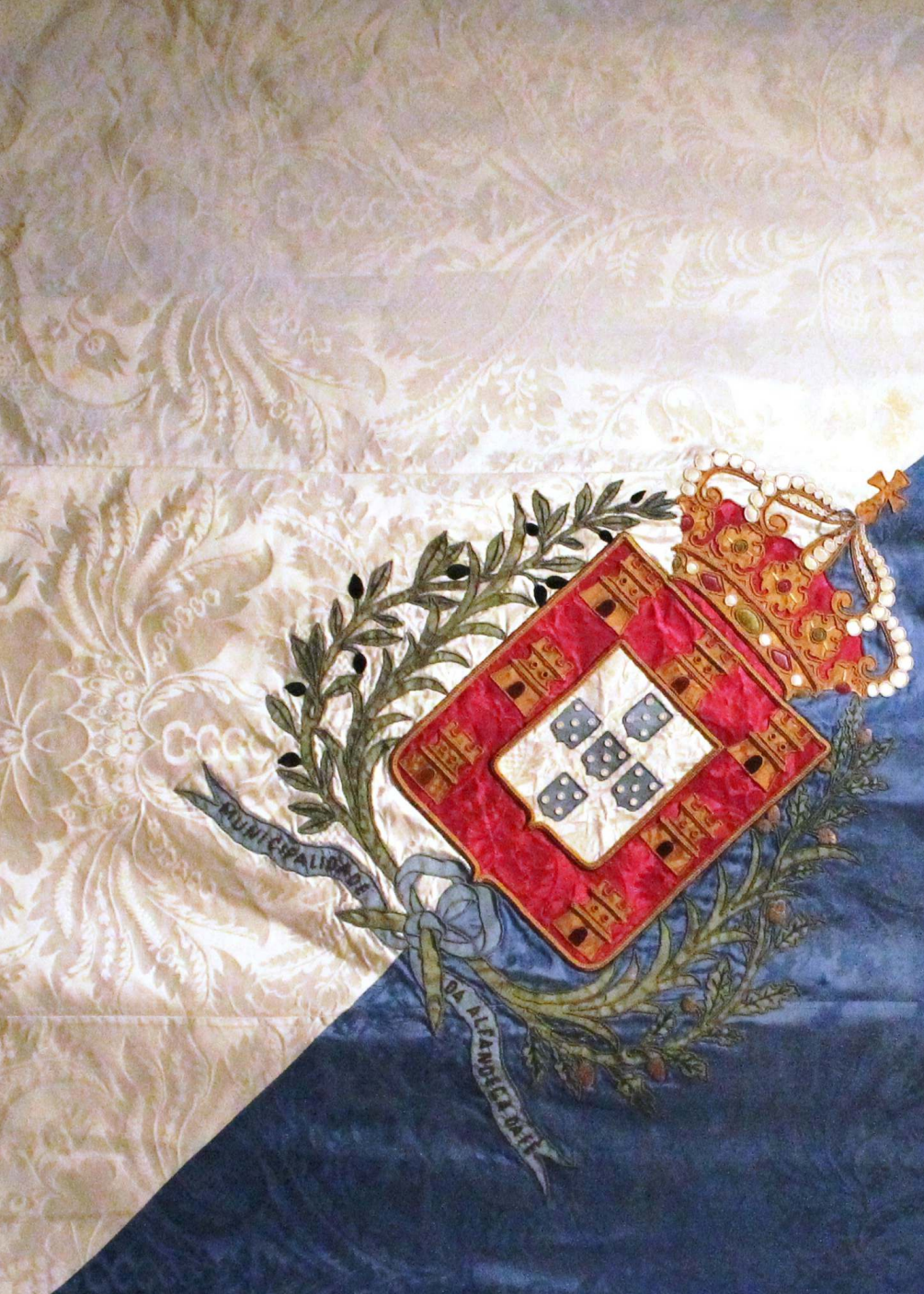
Das peças que compõem esta exposição merecem destaque duas, por se relacionarem diretamente com Alfândega da Fé e porque são **expostas localmente pela primeira vez**: a carta de foral de D. Manuel I, de 1 de junho de 1510 e a Bandeira da Municipalidade, sem cronologia exata de produção, mas provavelmente da primeira metade do século XIX.

Estes dois importantes documentos encontram-se naquele Museu. O primeiro foi para ali enviado pela Câmara Municipal, em 1934, a pedido do Governador Civil, na época o capitão Salvador Nunes Teixeira, tendo-se então deliberado **“que por intermédio do Exmo. Sr. Governador Civil se enviasse o respectivo Foral para ficar em depósito à ordem deste município no Museu Regional de Bragança”**, conforme se registou na ata da sessão de Câmara de 13 de dezembro desse ano. Quanto à Bandeira da Municipalidade é possível que também tenha sido enviada na mesma altura, mas disso não ficou qualquer registo.

A escolha da data de 8 de maio, Feriado Municipal, para a abertura desta exposição, faz também todo o sentido. Sendo, por um lado, uma forma diferente de recordar parte da história contemporânea do concelho, o conhecimento do que aconteceu com a sericultura, que de atividade promissora e com potencialidades de desenvolvimento acabou por se transformar numa memória cada vez menos presente nas pessoas que atualmente povoam este território, possibilitará uma reflexão sobre realidades atuais, em variados setores do desenvolvimento económico, que certamente não se querem ver, no futuro, engrossar os exemplos de insucesso e de abandono na nossa região.

A exposição está dividida em núcleos, com uma ordem que se sugere seja seguida, para melhor compreensão, sem excluir a visita livre, ao gosto de cada visitante e estará aberta ao público, no horário habitual de funcionamento da Casa da Cultura, até ao dia 29 de Julho de 2018 .





Núcleo 1

História da Seda em Trás-os-Montes



Núcleo 1

História da Seda em Trás-os-Montes

Neste primeiro núcleo, designado “*História da Seda em Trás-os-Montes*”, apresentam-se vários painéis que resumem a evolução desta indústria no território transmontano, particularmente no distrito de Bragança, com algumas transcrições de testemunhos históricos, explicações sobre a terminologia utilizada em relação aos casulos do bicho-da-seda, aos fios e aos tecidos e ainda acerca da tecelagem e tingimento da seda.

Esta temática contempla ainda um mapa do distrito, indicando o tipo de produção de cada concelho ou localidade (para o concelho de Alfândega da Fé indica-se apenas a plantação de amoreiras e produção de casulo, mas a documentação permite afirmar que também se desenvolveram outras fases do processo, nomeadamente em Vilares da Vilariça e Vilarelhos) e um friso cronológico sobre a sericultura em Trás-os-Montes, que vai de 1271 (referência à criação e venda de sirgo no foral do couto de Ervededo) a 1945 (fase final da distribuição da semente de sirgo pela Estação de Mirandela).

A carta de foral manuelina de Alfândega da Fé, de 1 de junho de 1510 (publicada em fac-simile na obra “*As Cartas de Foral de Alfândega da Fé – 1294-1510*”, da

autoria de Francisco José Lopes, promovida pela Câmara Municipal em 2015) e a Bandeira da Municipalidade, abrem este núcleo e serão certamente dois documentos que os alfandeguenses gostarão de conhecer.

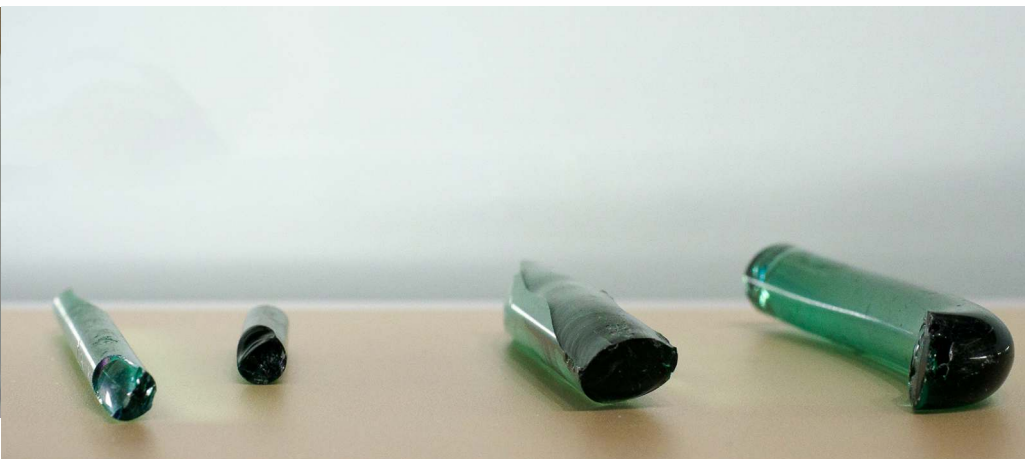
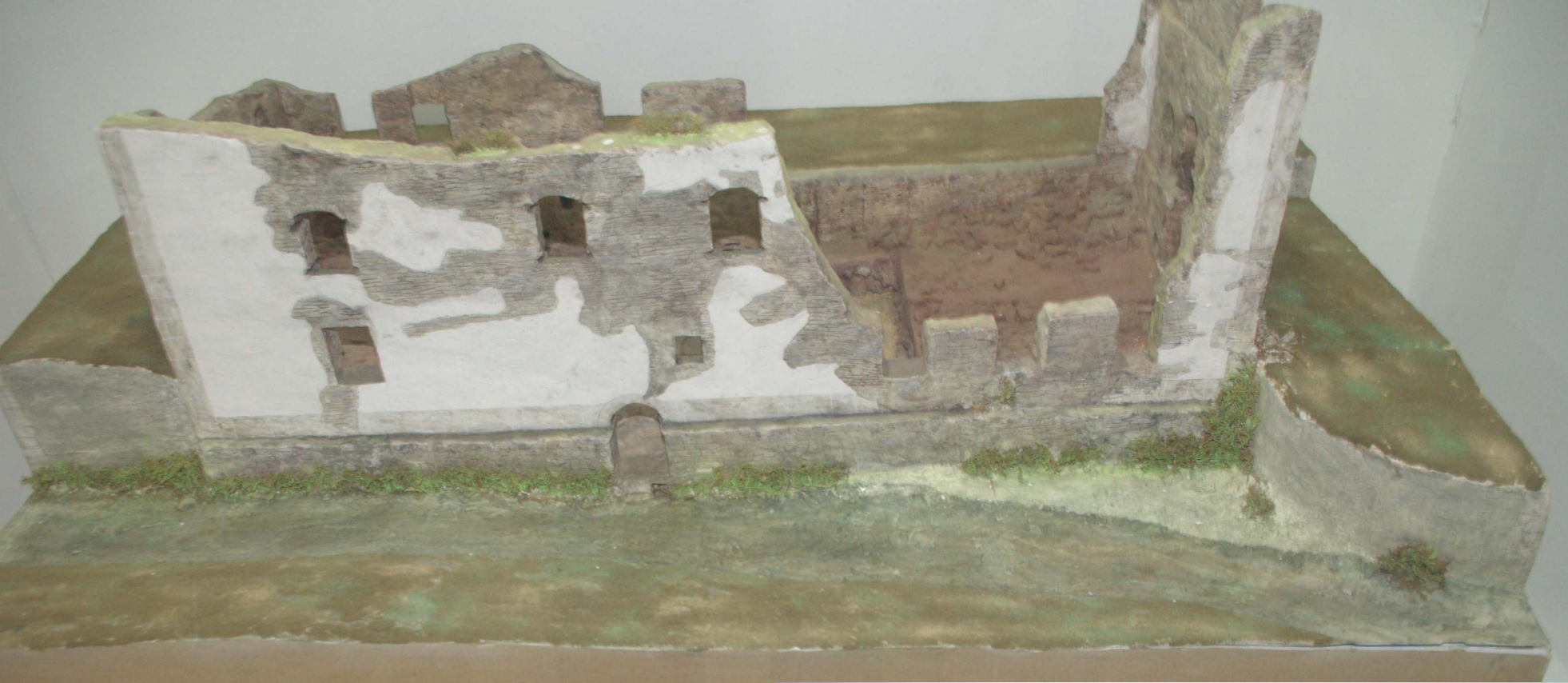
A Bandeira da Municipalidade é uma peça em seda, desconhecendo-se o local e a data exata da sua produção, mas pelas cores do campo, azul e branco, só pode integrar-se no período liberal, a partir de 1834, ano em que a bandeira azul e branco se tornou a única bandeira nacional em uso.

Curiosamente, a Bandeira da Municipalidade não cumpre a regra de colocação das cores dentro do campo, pois o azul deveria estar junto da haste, o que pode ter resultado de alguma falta de informação de quem a confeccionou. Também não é retangular, como se impunha numa bandeira, mas quadrada, devendo considerar-se um estandarte. No entanto, é claro o alinhamento em relação à bandeira nacional que passou a vigorar a partir de 1834, com adaptações locais, como a linha oblíqua que divide o campo. As armas reais (ao estilo barroco adotado no reinado de D. João V) estão colocadas ao centro da linha oblíqua que divide o campo, como aconteceria na linha perpendicular da bandeira, mas com a marca da individualidade local, pois estão envoltas em dois motivos florais que interpretamos como

DOM MANUEL
Per Graça de de Rey
de portugal. E de
Alquarues duque
da lem mar. em
Senhor de Guinee e
da conquista e naue
quacam e comercio de
ethiopia. Arabia. persia. E da India Aquila
toe esta nossa carta de foral. Dado a adulla
Dal fundegua virem fizemos saber que per
bem dia diligencias exames e inquiricoes
que em nosso Regnos e Senhorios man
damos seeralmente fazer. pera iustificac
cam e de cravacam dos foraes delles. E
per algumas sentencas e de terminacoes
com os do nosso conselho e leterades fizemos
cordamos do isto ho foral. da dita villa.
Dado per. El Rey dom dinis. que nosso
Senhor e Direitos. se de uem. hy do Recc
tar na forma. Seguente.

Hemos de ver de cada morador do
dito lugar de goito Rã. por dia de
tam martinho. pollas e soldos q se pollo
foral. e andou pagam. Qual for

representativos da oliveira, no lado esquerdo e de sobreiro (ou carvalho) no lado direito, não havendo, por isso, qualquer alusão à amoreira. O conjunto é completado com um listel de fundo azul claro, onde se bordou a inscrição “*Municipalidade da Alfândega da Fé*”, parecendo-nos que desta inscrição terá resultado, por facilidade de identificação, a designação de “*Bandeira da Municipalidade*”.



Núcleo 2
Real Filatório de Chacim

Núcleo 2

Real Filatório de Chacim

O segundo núcleo e os dois seguintes apresentam várias peças que ilustram como se desenvolvia a produção da seda em três dos maiores focos de produção de Trás-os-Montes, começando-se pelo Real Filatório de Chacim.

O Real Filatório de Chacim, construído em finais do século XVIII, na localidade com o mesmo nome, então sede de concelho e hoje pertencente ao de Macedo de Cavaleiros, foi o centro difusor do método piemontês de fiar o casulo, considerado mais evoluído do que as técnicas tracionais que então se utilizavam. Foi igualmente uma escola para formar fiadeiras e na sequência da sua criação também na localidade de Vilarelhos, concelho de Alfândega da Fé, se viria a criar uma escola com o mesmo fim, prova evidente da importância desta atividade na zona.

Para além de um painel documental sobre a criação deste Real Filatório, apresenta-se ainda uma maquete do edifício onde funcionou, elaborada no âmbito do Projeto de Estudo e Valorização do património Sericícola em Trás-os-Montes, implementado pela Autarquia de Macedo de Cavaleiros em 1997, espólio resultante das intervenções arqueológicas ali realizadas no mesmo

ano, registos fotográficos e outros documentos e ainda alguns exemplos de bibliografias relacionadas com o tema.



ESTAÇÃO DE SERICICULTURA
DE
MIRANDELLA



Núcleo 3

Estação de Sericultura de Mirandela

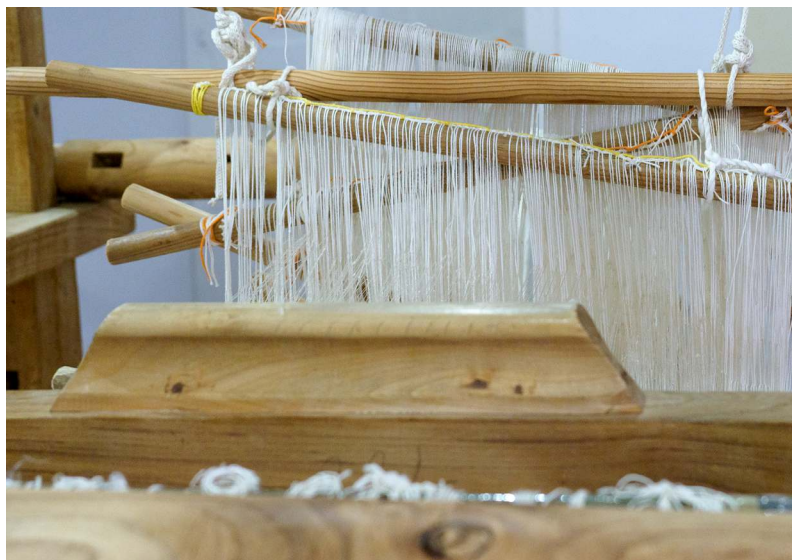
Núcleo 3

Estação de Sericultura de Mirandela

Como se refere no painel documental, em 1891, numa época em que já não existia o Real Filatório de Chacim e a indústria das sedas atravessava uma grave crise, a Estação Químico-agrícola da 2ª região Agronómica de Mirandela foi transformada em Estação de Sericultura, dirigida pelo agrónomo Menezes Pimentel, tendo como principal objetivo a regeneração da atividade, habilitando pessoal em todos os serviços respeitantes à criação do sirgo, produzindo semente selecionada para distribuir aos sericultores, ensaiando e aperfeiçoando os processos sericícolas e promovendo e replantação de amoreiras.

Para elucidar este momento da história da sericultura no distrito apresentam-se painéis fotográficos sobre a Estação de Sericultura de Mirandela e equipamentos vários que passaram a utilizar-se (microscópios, balanças, etc.) e que documentam a tentativa de modernização tecnológica para controlar a qualidade do processo, desde a semente do sirgo até ao trabalho com o casulo, contrastando com as técnicas tradicionais, que continuavam a utilizar-se e eram, em boa parte, responsáveis pela má qualidade da seda produzida.

A criação desta Estação de Sericultura, que depois mudaria de nome, foi a última tentativa de regeneração da indústria da seda no distrito e não teve grande sucesso. Talvez porque tivessem faltado outras medidas políticas e económicas que o poder central não quis, ou simplesmente não foi capaz de tomar.



Núcleo 4

A Seda em Freixo de Espada à Cinta

Núcleo 4

A Seda em Freixo de Espada à Cinta

Este quarto núcleo é inteiramente dedicado a Freixo de Espada à Cinta, um concelho vizinho no qual a sericultura teve uma importância económica ainda mais expressiva do que em Alfândega da Fé (foi daquele concelho que saíram a maior parte das amoreiras que se plantaram no sul do distrito) e onde se tem implementado a recuperação dessa memória, formando pessoas para ficarem aptas a trabalhar na tecelagem e produção de seda artesanal, processo que se encontra em curso desde janeiro do ano corrente, mas que já tem uma história anterior, iniciada com a criação do Museu da Seda.

Para além do painel alusivo à tradição da seda naquele concelho, neste núcleo apresentam-se várias peças que fazem parte da produção artesanal, como o *sarilho*, para ensarilhar ou fazer meadas de seda, a *dobadoura*, para transformar as meadas em novelos e o *tear*, para produzir o tecido, expondo-se ainda meadas de seda torcidas, de primeira qualidade, e casulos de bicho-da-seda. Será quase inevitável os visitantes locais que ainda

recordam outras atividades têxteis artesanais que existiram no nosso concelho, como o Linho, o Cânhamo e a Lã, não estabelecerem semelhanças entre os equipamentos que se utilizavam e estes que agora se expõem.



Núcleo 5

Simbologia, ornamentação e cor

Núcleo 5

Simbologia, ornamentação e cor

Este núcleo e o seguinte abrem as portas à utilização da seda no vestuário, neste primeiro caso na paramentaria religiosa, onde sobressaem a simbologia, a ornamentação e a cor.

Para se perceber a razão desta simbiose entre a seda e a paramentaria religiosa temos de tomar como referência o que ainda hoje se escreve nas normas da igreja católica: *“A beleza e nobreza da veste sagrada devem buscar-se e pôr-se em relevo mais pela forma e **pelo material de que é feita** do que pela abundância dos acrescentos ornamentais.”* Ora, ainda hoje, não consta que exista nenhum material têxtil mais nobre do que a seda!

A *Casula* (veste própria do sacerdote celebrante, que se coloca sobre a Alva e a Estola), o *Pluvial* (ou Capa de Asperges, utilizada sobretudo nos atos exteriores, como procissões), a *Mitra* (cobertura da cabeça usada apenas pelos Bispos), o *Véu de Cálice* (para cobrir o cálice com as santas alfaias), as *Colchas episcopais* (elementos muito mais decorativos do que funcionais) são os exemplos mais relevantes, a que se juntam um *Baldaqino* do século XIX (este tipo de construção é

assim designado por semelhança com os arquitetónicos, pois destinava-se a guardar um livro sagrado) e um Estandarte Real.

Algumas destas peças não são de produção nacional e por isso deixam perceber que a indústria da seda não foi um caso isolado no nordeste transmontano, bastando, de resto, recordar que a criação do Real Filatório de Chacim serviu para introduzir na região o método piemontês, oriundo da experiência e modernização que se tinha operado na região de Piemonte, em Itália.



Núcleo 6

Moda Feminina

O último núcleo da exposição dá continuidade ao anterior, revelando agora algumas peças de seda que rapidamente entraram na moda feminina.

Para além dos painéis documentais que acompanham toda a exposição e promovem o enquadramento dos assuntos, neste núcleo apresentam-se várias peças de vestuário o que, pela sua antiguidade, são já, elas próprias, testemunhos evidentes da nobreza e da beleza, por um lado e da resistência da seda ao tempo, por outro, algumas das razões que a fizeram correr mundo e ser tão desejada.

Sem constituir um núcleo autónomo, a exposição termina com uma alusão às rotas da seda, desde o Oriente à Europa.

Olhando para estes últimos elementos da exposição (vista na perspetiva e ordem que deixamos neste catálogo) vale a pena recordar que a seda continua a ser atualmente um produto nobre, com uma importante produção a nível mundial, mantendo a China (de onde é originária) o primeiro lugar, seguida de outros países

asiáticos (Índia e Vietnam), mas afirmando-se como atividade económica no Médio Oriente, na Europa e nas Américas, com o Brasil a ocupar o quinto lugar na produção mundial. Em termos de União Europeia a produção de seda ainda tem expressão na Roménia (4º produtor Mundial de Seda crua), exportam casulos a Bélgica e a França e fio a Itália e a Alemanha.

SOBRE A SERICULTURA NO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

80 Acordarão e deliberrarão que os moradores
desta Villa serão obrigados a plantar na proren-
te prima era vitenta Amoreiras, cuja delima
será feita por aquellas pessoas que tem meios
e possibilidade para isso, de que se tomara
a rol para serem Notificados por mim Escrivão
para o dito fim, e a mesma deligencia nos mais
Povos deste Concelho será feita pelos Juizes
e homens do Acordão para que se thepa
sará Ordem a cada Juiz do Numero de
Amoreiras que devem plantar, e aqui de-
terminadas na forma seguinte

Francisco José Lopes

Introdução

Este texto foi preparado com o objetivo de contribuir para o enquadramento local e divulgação da exposição “*Quando as Periferias são Centro – A Indústria de Tecelagem e das Sedas*”, promovida pelo Museu Abade de Baçal e muito oportunamente incluída na programação da Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, em Alfândega da Fé.

Para a sua organização recorreremos sobretudo a informações bibliográficas¹ e procedemos ao levantamento das referências documentais encontradas no acervo do Arquivo Histórico Municipal de Alfândega da Fé que, como se verá, embora poucas, servem para acompanhar alguns dos momentos mais significativos da evolução da sericultura como atividade económica com alguma relevância, sobretudo durante o século XIX.

O território do atual concelho de Alfândega da Fé² conheceu, como boa parte do distrito, momentos de desenvolvimento (e de crise) da sericultura, entre finais do século XVIII e os anos oitenta do século XIX. Não queremos com isto afirmar que após esta última época a sericultura tenha desaparecido, até porque existe alguma documentação que contrariaria essa ideia, mas definir dois grandes períodos: o primeiro, com impacto financeiro de alguma relevância e ocupação laboral significativa, ainda que em termos domésticos, e o segundo,

de desaparecimento gradual da sericultura devido a vários fatores, entre os quais a extinção da Fábrica das Sedas de Chacim, à volta da qual esta atividade económica se organizou e desenvolveu, particularmente nos territórios do sul do distrito de Bragança, as doenças que atacaram o bicho-da-seda e a ausência de medidas consistentes de desenvolvimento e modernização desta atividade económica. Pode, por isso, dizer-se que a partir da década de oitenta do século XIX a sericultura entrou em franco declínio, apesar de algumas tentativas de reabilitação, todas infrutíferas, até à completa extinção desta atividade económica, que poderá situar-se na década de cinquenta do século XX.

Hoje já não existe no concelho memória viva da sericultura como atividade económica e a grande maioria dos atuais habitantes desconhece mesmo a importância que ela teve nesses tempos recuados³, factos que poderiam concorrer para algum desinteresse à volta da referida exposição, o que seria lamentável, não só pelo valor intrínseco da mesma, como pela perda de oportunidade de relembrar que Trás-os-Montes, particularmente o distrito de Bragança, com esta cidade e a Vila de Chacim à cabeça, foi o epicentro de uma importante indústria têxtil, paradoxalmente desenvolvida numa região pobre e distante dos centros de poder e produtora de um tecido de luxo, a seda, próprio da nobreza e da burguesia, para a qual a grande massa humana de pobres da região contribuiu sobretudo com a mão-de-obra.

A sericultura no concelho antes do final do século XVIII

Como se referiu, a criação da fábrica da Seda em Chacim, no final do século XVIII, impulsionou a sericultura em toda a região. Mas o que sabemos dessa “arte” nas épocas anteriores, concretamente no território alfandegense?

Segundo estudos recentes, os mais antigos registos sobre a criação do bicho-da-seda no território de Trás-os-Montes datam do século XIII⁴ e do século XV, estes especificamente em relação a Bragança.⁵

Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal) nas suas *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança* refere-se em várias ocasiões a documentos relacionados com a sericultura anterior ao final do século XVIII, mas através dessas referências não conseguimos perceber o que sobre a matéria se passaria no território de Alfândega da Fé.

É certo que a carta de foral de D. Manuel I, datada de 1510, quando trata da portagem dos “*Panos finos*”, faz uma referência à seda, mas esse facto não nos elucida nada sobre a produção local. O texto aí utilizado, “*De todos os panos de seda ou de lã, ou de algodão, ou de linho, se pagará por carga maior, nove Reais, por menor, quatro Reais e meio, por costal, dois Reais e dois ceitis e por arroba um Real*”⁶ encontra-se em termos iguais, ou muito semelhantes, em vários outros forais

da zona como, por exemplo, Torre de Moncorvo⁷ e Pena Roias⁸ e vem diretamente do foral de Miranda do Douro, que lhes serviu de modelo. O foral manuelino de Mirandela (1512) tem um capítulo próprio sobre a “*Terça da Igreja*” e nele se refere o sirgo como um dos produtos que entrava na terça. Esta poderá considerar-se uma referência mais objetiva da existência da sericultura, neste caso para esta localidade.

Em tempos mais próximos (final do século XVII) aparece, também de forma geral, ainda que agora em relação à Comarca de Torre de Moncorvo, na qual Alfândega da Fé estava integrada, a indicação de Carvalho da Costa de que em muitas terras era considerável a criação de bichos-da-seda.⁹ Na descrição do concelho de Alfândega da Fé¹⁰ este mesmo autor não deixa nenhuma nota sobre criação de bicho-da-seda, embora o faça para a vila de Freixo de Espada à Cinta, para a localidade de Castedo, hoje do concelho de Torre de Moncorvo mas à época pertencendo ao de Vilarinho da Castanheira, para Mirandela e seu termo (entenda-se zona circundante da Vila) e para Chacim. No entanto, essa referência à criação de bicho-da-seda aparece de forma muito específica para Agrobom, Felgueiras e Valpereiro, que então pertenciam ao concelho de Castro Vicente.

Considerando que este autor só mencionou a criação do bicho-da-seda nos casos em que ela era mais relevante para a economia das localidades, isso não quer dizer que noutras tal atividade não existisse. Adiante veremos um caso que nos

parece demonstrar que nem sempre a informação recolhida por aquele autor terá sido a melhor.

Esta nossa intenção de tentar perceber se a criação do bicho-da-seda no território do que então era o concelho de Alfândega da Fé já existia antes de finais do século XVIII só encontra os primeiros registos nas Memórias Paroquiais de 1758, sendo certo que essa não poderá ser a data de referência, pois as amoreiras não crescem de um dia para o outro e sem a sua folha não haveria bicho-da-seda.

Façamos então uma breve apresentação do que nos dizem aqueles documentos, já que em termos locais, no Arquivo Histórico Municipal, não existe nenhuma documentação anterior.

Para as localidades que então pertenciam ao concelho de Castro Vicente não se encontra nenhuma referência para Soeima, Gebelim, Parada, Valpereiro e Saldonha, estranhando-se a ausência para estas duas últimas, pois são referidas por Carvalho da Costa em relação ao início desse século. Mas para Agrobom, diz-se que os *“frutos da terra são azeite, centeio; trigo; vinho pouco, gados de ovelhas, cabras, bicho-da-seda; mas tudo em número mais mediano de abundância”* e sobre Vilarchão refere-se expressamente que *“os frutos de indústria é lã e Seda”*.

Quanto às localidades que então pertenciam ao concelho vale a pena registar o que se diz para aquelas em que é feita referência ao assunto:

Alfândega da Fé – *“Os frutos da terra, que os moradores recolhem em maior abundância; são, trigo, centeio e azeite que são os principais frutos desta Vila; alguma cevada também, vinho pouco, porém, bom mel, Lã e Seda, grãos, feijões, boas uvas de dependura, bons figos verdes e para passa [?] e queijo, pouca ou nenhuma dá mais fruta; mas excelentes melões e azeitonas de conserva para comer.”*

Cardanha – *“(…) e em alguns anos também produz a dita freguesia amoras de amoreiras com cuja folha se criam os bichos que fazem a Seda.”*

Ferradosa – *“Os frutos de que os moradores mais se utilizam são: centeio, trigo, cevada, azeite, Seda, vinho (…)”*

Pombal – *“É terra de azeite para a terra sem sobras (….) limitada em pão e vinho. Seda ordinariamente, e nada mais.”*

Sambade – *“Os frutos que os moradores colhem com mais abundância é centeio e castanha, seda e algum trigo, milho, frutas de [?] e peras e cerejas de várias qualidades e vinho menos que mediano e algum mel e cera. É abundante de pastoreios para as crias grandes e para as miúdas [?] que no Inverno sendo de tempestades e neves se enfermam e perecem.”*

Vilarelhos – *“Os frutos desta terra são centeio e trigo e azeite, melões e feijões e Seda, e gados e tudo o mais que semeiam na terra tudo se dá.”*

Vilares da Vilariça – *“Mais há nesta freguesia de Vilar uma grande necessidade de sirgo, que há casas que fazem em*

*cada um ano cinquenta ou sessenta mil reis de seda, e a desta freguesia é a melhor e mais fina e sempre se vende por melhor reputação e haverá nesta freguesia **mais de cinquenta fiadeiras de seda**: acodem a esta freguesia muitas pessoas a mandar fiar o seu sirgo por ser melhor seda que vêm aqui os mercadores de Chacim, Bragança, Vinhais e Rebordelo a comprar esta seda e a pagam por melhor preço (...)*”.

De finais do século XVIII aos anos 80 do século XIX

O mais antigo auto da Câmara Municipal que se encontra no Arquivo Histórico Municipal data de 17 de outubro de 1791¹¹ mas, excetuando o livro do Tombo dos Bens do Concelho de 1766 e sem referências a amoreiras ou bicho-da-seda, não existe mais nenhum tipo de documentação para o século XVIII. Os livros de correspondência expedida e recebida, por exemplo, não vão além de 1848, os de licenças de comércio e indústria só informam a partir de 1859 e os de orçamento e contas a partir de 1843, com várias lacunas temporais em todos os casos. Os próprios autos da Câmara Municipal vão de 1791 a 1809, para só voltarem a aparecer em 1828.¹²

Contudo, estes autos, dando notícias importantes sobre a vida do concelho, nem sempre são suficientemente desenvolvidos, ou esclarecedores, para nos elucidarem acerca do que se passou em relação a assuntos concretos, como este da sericultura, o que se constatará na continuidade deste texto.

Na sessão de 5 de dezembro de 1791 definiram-se os valores das jeiras de vários ofícios existentes no concelho (alfaiates, sapateiros, carpinteiros, lavradores, pedreiros, jornaleiros de qualquer qualidade e inclusive mulheres, com descrição de algumas atividades agrícolas anuais) mas sem qualquer referência a indústria, sendo certo que se ela não existisse ligada à seda era ao tempo muito importante ligada ao linho e à lã, sobretudo em Sambade e Vales.¹³

Para o final do século XVIII não temos, portanto, nenhum registo nos documentos locais sobre a sericultura no concelho, sendo certo que ela existiu e até conheceu algum crescimento, como provam os sucessivos estudos de Fernando de Sousa¹⁴ sobre esta temática na região transmontana e em particular no distrito de Bragança.

A criação da “fábrica” de Chacim

Do que anteriormente se disse, nomeadamente a propósito do registo das Memórias Paroquiais (1758) para Vilares da Vilariça, depreende-se que toda a sericultura no território do que era então o concelho de Alfândega da Fé tinha sido impulsionada pela dinâmica mercantil e produtora de Bragança e até de Vinhais, localidades que, de resto, são ali indicadas. Mas essa relação pode ter mudado significativamente com o que a seguir se passou a partir de Chacim.

Independentemente do que se possa opinar acerca do papel de Chacim no processo de desenvolvimento da indústria da seda em finais do século XVIII, não restam dúvidas de que as novas tecnologias de filatório chegaram a esta localidade pelas mãos da família Arnaud, através do patrocínio de Dom Rodrigo de Souza Coutinho¹⁵, um nome que também surge nos autos da Câmara Municipal, embora nos pareça que a propósito de outros assuntos que não o da seda.

Para esta nossa exposição o importante é saber em que medida o concelho de Alfândega da Fé esteve envolvido neste processo e que notícias existem dessa realidade em termos locais que nos permitam assegurar que esta atividade económica também teve relevância neste território.

O novo ciclo de Chacim, se assim lhe podemos chamar,

ocorreu a partir de 1788 e está firmado nos “Estatutos para as Escolas de Fiação de Seda e Filatório” desse mesmo ano, em cujo capítulo V se escreve o seguinte: “É sua majestade servida ordenar, que na Província de Trás-os-Montes, e Beira, naqueles lugares em que houver maior produção de Seda, e em que se acharem as precisas comodidades se estabeleçam Escolas de fiação em máquinas Piemontesas, e método, também Piemontês, para se corrigirem os erros, e estragos praticados até agora na dita Província, e logo que as Escolas do novo método se acharem estabelecidas em cada um dos referidos lugares ficará nele proibido o uso de máquinas antigas”¹⁶. As razões desta citação perceber-se-ão já de seguida.

Mas antes convém dizer que Alfândega da Fé não só sofreu influência do processo desencadeado pelos Arnaud, como foi contribuinte líquido, no valor de 4\$000 reis, para a construção da Fábrica de Chacim¹⁷. O valor desta derrama é pequeno se comparado com o de Moncorvo (19\$000 reis) mas ainda assim colocava o concelho na 10ª posição entre os 24 que então compunham a Provedoria de Moncorvo¹⁸ mas, pelos vistos, os custos não seriam apenas estes.

Logo em 1789 existe registo de que a maioria das localidades que então pertenciam ao concelho de Castro Vicente e mais tarde integrariam o de Alfândega da Fé, Gebelim, Soeima, Felgueiras, Agrobom, Valpereiro e Saldonha, levaram casulo a fiar à Escola de Chacim e no ano seguinte encontra-se registo

também para Sambade, Covelas e Vila Nova,¹⁹ o que prova claramente que a produção de casulo já existia muito antes do período de que agora vimos falando. Perguntar-se-á se nas restantes localidades do concelho não se produzia casulo. Já vimos anteriormente algumas referências que mostram que sim, mas agora chegou o momento de justificar aquele texto do capítulo V dos *“Estatutos para as Escolas de Fiação de Seda e Filatório”*. Este capítulo impunha que, para além de Chacim, fossem criadas outras Escolas de fiação pelo método piemontês mas, na realidade, no distrito só foi criada uma: em Vilarelhos!²⁰

Pelo registo dos lugares que em 1790 foram fiar à Escola de Vilarelhos ficamos a saber que a produção de casulo estava generalizada em praticamente todo o concelho, com uma quantidade que era mais de metade da que, no mesmo ano, se fiou em Chacim.²¹

Há localidades referenciadas como produtoras de casulo e até fiação nas Memórias Paroquiais (1758) que não aparecem nestes registos e os casos mais estranhos são a própria Vila e, sobretudo, Vilares da Vilariça, onde se sabe que essa atividade também existia ao ponto de ter merecido um especial destaque, como anteriormente se referiu.

Ainda em relação a este ano de 1790 os dados mostram um acentuado crescimento da produção de casulo em Vilarelhos (ver no final o quadro 1). Certamente que este fenómeno se relaciona com a criação da Escola de fiar nesta localidade,

mas é preciso não perder de vista, mais uma vez, que as amoreiras não crescem de um dia para o outro, pelo que temos de situar este impulso naquela localidade uns anos antes da produção em si.

Os autos da Câmara Municipal destes anos não nos deixaram nenhum registo dos acontecimentos: derrama para a construção da Escola de fiação de Chacim, abertura da Escola de fiação em Vilarelhos, outros custos que as Câmaras suportavam, nomeadamente o funcionamento da Escola de Vilarelhos, nem sequer da reclamação em torno dos preços dos carros de lenha para as casas de fiação, que levou a *“uma disputa entre o juiz de fora de Alfândega da fé – que, a requerimento dos lavradores, os procurou libertar de tal encargo – e o provedor da comarca de Miranda, que era também, como vimos, o inspector do referido estabelecimento”*.²²

Desta época de crescimento da sericultura os autos da Câmara Municipal só nos dão a primeira notícia em 6 de abril de 1802, quando se faz a derrama da plantação de amoreiras pelas várias localidades do concelho e por esse documento ficamos a saber que foram plantadas 712 amoreiras, distribuídas por 24 localidades, faltando apenas Colmeais. Ou seja, todo o concelho produzia casulo do bicho-da-seda. As localidades que por esta derrama receberam mais amoreiras para plantar foram Alfândega da Fé-80, Sambade-60, Vilarelhos-60, Cardanha-50 e Vilares (da Vilariça) -40.²³

Em 17 de setembro de 1803 aparece um “*Autto de Camara a que se procedeo para a resposta sobre a Provizão de 5 de Julho do presente anno de 1803 expedida pella Conservatoria da Real Companhia da Seda*”²⁴ que trata da discussão do “*encanamento*” da ribeira da Vilariça, um assunto antigo, que já tinha sido levantado por Carvalho da Costa em 1706²⁵ e depois por Columbano Ribeiro de Castro em 1796²⁶ e que, pelos vistos, não estava resolvido. Tratava-se de, através da colocação de canas, juncos e salgueiros nas margens da ribeira, criar uma espécie de barreira que evitasse os desvios constantes do curso de água, situação que prejudicava as plantações ribeirinhas (algo que ainda hoje é perfeitamente visível). Como esta sessão se realizou com a presença do Doutor João Nogueira da Silva, Juiz de Fora de Bragança e Juiz Comissário da Conservatória da *Real Companhia do*

Novo Estabelecimento Para as Fiações e Torcidos das Sedas (recorde-se o que anteriormente se escreveu sobre esta Companhia) subentende-se que a preocupação também tivesse alguma relação com a plantação de amoreiras e devem ter-se realizado sessões semelhantes nos restantes concelhos por onde passa aquele curso de água (Vila Flor e Torre de Moncorvo).

Este curto período de crescimento das atividades ligadas à seda terminaria com o início das Invasões Francesas e, como já referimos, de 1810 a 1827 não dispomos de qualquer documentação no Arquivo Histórico Municipal.

Entretanto, daquelas invasões até 1834 a indústria das sedas entrou em declínio, a Fábrica de Chacim (certamente também a Escola de Vilarelhos) foi terminando a sua atividade e toda esta economia perde a sua anterior importância.



Vilarelhos, localidade onde funcionou a Escola de Fiação do concelho.

A recuperação da indústria da Seda entre 1835-1875

Fernando de Sousa apresenta este período da seguinte forma:

“No século XIX, mais concretamente entre 1835-1875, assistimos, numa primeira fase, a um processo lento mas irreversível do afundamento da indústria das sedas propriamente dita, em Trás-os-Montes, seguida por um período de euforia de produção do casulo, graças à procura estrangeira, para, numa última fase, assistirmos à hecatombe do bicho da seda, e com ela, praticamente, o desaparecimento da sua matéria-prima.”²⁷

O concelho de Alfândega da Fé não foi seguramente exceção, mas a verdade é que a documentação local só mais tarde voltará a referir-se à seda, quando já se vivia o *período de euforia* indicado na citação anterior.

Para a primeira fase, de declínio, retiramos apenas uma pequena nota do documento *“Indústria das sedas em Trás-os-Montes. Memória que ao ministro do Reino dirigiu Leonardo José de Barros, em 28 de Janeiro de 1837”*,²⁸ onde são indicadas várias medidas de reabilitação da sericultura, incluindo a criação de viveiros de amoreira branca, propondo-se que um fosse em Alfândega da Fé. A criação deste viveiro local só muito mais tarde há de aparecer nos autos da Câmara

Municipal.

Entretanto, a partir de 1855, o concelho passa a ter a área geográfica atual, mas só em 1869 (30 de junho) os autos da Câmara voltam a referir-se ao assunto da seda, exatamente a propósito da criação de um viveiro de amoreiras que Leonardo José de Barros já tinha proposto em 1837. A proposta para a construção deste viveiro foi apresentada pelo Administrador do Concelho, não sabemos se com conhecimento ou não da indicação anterior, mas a verdade é que a deliberação da Câmara foi de inscrever verba para esse fim no orçamento para 1869-1870.²⁹

Quanto a nós este assunto da construção do viveiro de amoreiras tem de ser melhor esclarecido. O Orçamento de 1869-1870 não se encontra na documentação do Arquivo Histórico Municipal, pelo que não pudemos confirmar se, pelo menos, a verba foi inscrita.

Por outro lado, não existe nenhuma referência sobre a proveniência das amoreiras até esta data.

No entanto, sabe-se que em 1867, Manuel Guerra Tenreiro, deputado e proprietário de Freixo de Espada à Cinta, propôs à Junta Geral do Distrito a criação de um viveiro distrital naquela localidade.³⁰ A Junta Geral, embora tenha celebrado um contrato com aquele proponente, não fechou a porta à criação de viveiros noutras localidades. Durante este processo o representante do concelho de Alfândega da Fé na Junta Geral era o influente doutor António Manuel de Azevedo e Costa, que

seria presidente da Câmara em 1868-1869, não admirando, por isso, que neste último ano o Administrador do Concelho propusesse a criação de um viveiro de amoreiras mas, em nossa opinião, ou não se chegou a concretizar, ou teve pouca expressão, pois em 1872 as amoreiras que se plantaram vieram de Freixo de Espada à Cinta, seguramente do viveiro de Manuel Guerra Tenreiro.

Apesar de todas estas lacunas sabemos que a recuperação da sericultura no concelho tinha começado um pouco antes, caso contrário não poderiam ter existido as produções de casulo que se conhecem para alguns anos da década de cinquenta, particularmente a do ano de 1853 (ver no final o quadro 2).

É provável que essa recuperação tenha sido um pouco anterior a 1853 e por essa época tivesse regressado a preocupação com a plantação de amoreiras mas, uma vez mais, a documentação local, que agora, para além dos autos da Câmara Municipal, já inclui a correspondência recebida e expedida, não apresenta nenhum registo sobre estas questões.

Certo é que, observando o quadro 2, se constata que este crescimento foi pouco consolidado, pois em 1857 a produção de casulo tinha descido para valores que significavam praticamente o fim desta atividade.

Para a década de sessenta também não dispomos de informação local, mas não ficam dúvidas de que a criação de

casulo registou um assinalável crescimento, sendo dessa época e dos primeiros anos da década de setenta as maiores produções (ver no final o quadro 3),³¹ apesar de se registar, desde 1867, uma grande mortalidade nas criações de bicho-da-seda, devido a doenças, fenómeno geral em todo o distrito mas que parece ter tido em Alfândega da Fé uma disseminação mais violenta.³²

O mais espantoso é que, apesar da entrada deste gravíssimo problema das doenças, que poucos anos depois teriam um papel decisivo no declínio quase total da sericultura, a década de sessenta e início da de setenta constituiu a época áurea da produção de casulo.

Tomemos como exemplo o ano de 1870, em que o concelho registou a maior produção de casulo fresco, 17.524 kg, suplantando todos os outros concelhos do distrito.

Se considerarmos que em média o quilo de casulo fresco valia \$710 reis, o valor da produção do concelho, nesse ano, terá sido de 13:143\$000 reis (quase 16% do valor total do casulo produzido no distrito de Bragança) sem dúvida uma quantia muito importante. Para termos uma base de comparação considere-se o preço médio da jeira de uma mulher, que andava pelos \$190 reis, ou mesmo o ordenado do Juiz Ordinário do Julgado (talvez o funcionário mais bem pago) que era de 12\$500 reis mensais. Não admira, por isso, que o inquérito de 1869 dissesse que a maior parte da população do concelho se ocupava desta atividade.³³

No entanto, ainda que a produção do casulo e alguma fiação pudesse ocupar sazonalmente um apreciável volume de mão-de-obra, sobretudo feminina, o grosso do lucro desta atividade ficaria nas mãos de poucos proprietários, mantendo-se o estado de miséria da generalidade da população, bem evidente, no ano de 1868, na *“discussão dos meios para atenuar quanto possível a crise alimentícia proveniente da falta de trabalho e da escassez das colheitas”*³⁴, que levaram a Câmara a deliberar abrir todos os trabalhos da viação municipal do concelho e para esse fim pedir um empréstimo à Companhia de Crédito Predial Portuguesa no valor de 4:500\$000 reis, por sessenta anos, ao juro de 6% ao ano, hipotecando para o pagamento da amortização e juros os rendimentos designados nos números dois, quatro e cinco do artigo dezasseis da Lei de 6 de junho de 1864, cujo valor médio dos últimos três anos fora de 338\$565 reis.

Mas a sericultura mexia com a atividade económica do concelho e para além dos números da produção deve ainda acrescentar-se a realização de uma feira anual dedicada à venda da seda.

Em 1864 o Visconde de Vila Maior refere-se a essas feiras nos seguintes termos:

“Já no tempo se pode chamar da decadência deste ramo da nossa indústria popular, depois de fechada a fábrica da fiação de Chacim, e antes de afluírem a esta província compradores estrangeiros, as transações que sobre a seda se faziam nas

*feiras especiais para este género em Moncorvo, Mirandela, Alfândega da Fé, Azinhoso, e outras do distrito de Bragança, talvez se elevassem à quantidade de 20.000 arráteis, que corresponde a 240.000 de casulo fresco, pertencendo destes de 48 a 50.000 aos produtores do concelho de Moncorvo*³⁵.”

A feira de Alfândega da Fé seria a terceira mais importante, depois das de Moncorvo e Mirandela, realizava-se no dia 16 de agosto³⁶ e nela se transacionavam mais de 2.000 arráteis de Seda de 2ª e 3ª qualidade.

A década de setenta, mais concretamente entre 1872 e 1875, é o período com o maior número de registos nos autos da Câmara Municipal relacionados com a sericultura, mais concretamente sobre a plantação e preservação das amoreiras.

Se o inquérito de 1869 apontava a existência de 5 a 6.000 mil amoreiras no concelho, então é certo que aumentaram, pois em 1874 foram plantadas mais 1000, como se depreende do auto de 5 de março desse ano.

Esta nova plantação de amoreira parece ter-se arrastado algum tempo e acabou num episódio muito estranho, mas que corrobora notícias de outros concelhos sobre situações semelhantes.

Em 1872, a sessão de 20 de março³⁷ dá conta da distribuição de amoreiras para plantar nas várias paróquias, mas isso acabou por não se fazer e em outubro do mesmo ano a Câmara oficiou a Freixo (de Espada à Cinta) para que as amoreiras não

se fazer e em outubro do mesmo ano a Câmara oficiou a Freixo (de Espada à Cinta) para que as amoreiras não fossem arrancadas sem ordem para tal.³⁸

A divisão pelas Paróquias das amoreiras vindas de Freixo só acontecerá no auto de 5 de março de 1874,³⁹ ou seja, cerca de dois anos depois de iniciado o processo. Deliberou-se que 200 amoreiras seriam plantadas na Vila e as restantes 800 distribuídas pelas Paróquias.

No ano seguinte, o auto de 5 de junho refere uma deliberação muito curiosa: a Câmara Municipal oferece 50\$000 reis a quem descobrir quem arrancou as amoreiras do Prado! E estendia-se o valor para quem no futuro denunciasse os malfeitores, caso se repetissem as mesmas cenas de destruição.⁴⁰

Os factos que acabamos de apresentar deixam claro que a proveniência das amoreiras era Freixo de Espada à Cinta, razão pela qual dissemos anteriormente que o viveiro local referido em 1869 não deve ter chegado a existir.

Por outro lado, este episódio caricato do arranque ou destruição de amoreiras, que não parou por aqui, como veremos, pode inscrever-se no desânimo que se instalou a partir de 1872 com a diminuição da produção de casulo, devido, sobretudo, às doenças no bicho-da-seda.

Fernando de Sousa caracterizou assim esta fase de (mais uma) decadência da sericultura:

“Levantavam-se vozes contra a plantação das amoreiras, cuja

cultura e plantação consideravam inútil, e contra a criação de sirgo, considerada perdida para sempre. A câmara de Mirandela alegava que não tinha verbas no orçamento para transportar, de Freixo de Espada à Cinta, as amoreiras que lhe pertenciam – apesar de a mesma ser insignificante – e a câmara de Mogadouro deixou secar ao sol centenas de amoreiras, porque os lavradores do concelho as não queriam⁴¹”. Pelos vistos, a Câmara de Alfândega da Fé teve uma atitude bem diferente. Não só continuou a promover a plantação de amoreiras (apesar deste processo ter demorado dois anos, talvez pela resistência de alguns agricultores, como acontecia noutros concelhos) como promoveu a proteção da sua destruição. Mas a crise da sericultura estava instalada e seria o princípio do fim.

A sericultura no concelho depois de 1875

De 1870 a 1875 a produção de casulo no concelho decaía mais de 90% (ver no final o quadro 3) e disso mesmo dá conta o inquérito de 1876, levado a cabo por Xavier Pereira Coutinho (agrónomo do distrito de Bragança)⁴².

Para o concelho de Alfândega da Fé a história da sericultura pode não ter terminado aqui, mas o seu impacto económico nunca mais recuperaria e ao longo das décadas seguintes, até ao completo desaparecimento desta atividade, o assunto praticamente desaparece da documentação local.

O inquérito industrial de 1881 traça um panorama negro sobre a sericultura em todo o distrito mas, curiosamente, em Alfândega da Fé nem todos teriam baixado os braços; pelo menos é o que se depreende da deliberação de 19 de julho de 1882, que nomeou Augusto Alberto Ferreira, por dois meses e com o salário diário de 100 reis, para “*guardar as amoreiras do prado e vigiar as águas públicas do mesmo local*”, pois tinha chegado ao presidente a informação de que alguns indivíduos e animais destruíam aquelas árvores⁴³.

O novo inquérito de 1890 reforça a situação de crise na sericultura e acrescenta-lhe uma outra desgraça para a região, que também afetou fortemente o concelho de Alfândega da Fé: a filoxera das vinhas⁴⁴.

O estado em que se encontrava a sericultura, evidenciado pelos inquéritos de 1881 e 1891, levaram a uma tentativa de reabilitação desta atividade económica e a medida mais emblemática terá sido a criação da Estação de Sericultura de Mirandela. No entanto, os efeitos desta medida não parecem ter chegado longe, nem atingido o seu objetivo. Em Alfândega da Fé os documentos locais só escassamente voltam a referir-se à sericultura, confirmando o que Fernando de Sousa escreve sobre a eficácia da medida, baseando-se em fontes que identifica:

“O desânimo era tal que, em 1899, a Estação Transmontana de Fomento Agrícola, tendo produzido 32 onças de semente de sirgo, viu-se obrigada a pedir, «a instar mesmo com os sericultores para que aceitassem a semente». Tendo conseguido a distribuição de uma pequena parte, a Estação queimou a restante, visto não ter possibilidades para criar «tão avultada quantidade de larvas, já por falta de amoreiras, já por falta de sirgarias apropriadas»⁴⁵”.

Em termos locais voltamos a encontrar notícias relacionadas com amoreiras em 1920, mas apenas sobre a adjudicação da venda da lenha das que existiam no largo do Prado (na Vila)⁴⁶. Esta venda da lenha pode significar que as amoreiras ainda eram podadas e, por isso, utilizadas para criação do bicho-da-seda, que possivelmente ainda se produzia, mas o que encontramos noutro auto de 1922 deixa entender que o assunto, pelo menos na Vila, estava encerrado:

“Deliberou mais a Câmara: Autorizar o povo desta vila a ripar a folha das amoreiras e mais árvores sitas no largo do Prado, visto não serem prejudicadas as referidas árvores, dando-se conhecimento desta deliberação à Guarda Nacional Republicana desta vila.”⁴⁷

A sessão onde se tomou esta deliberação realizou-se em 7 de outubro. Poderemos deduzir que a folha da amoreira já não seria tão utilizada para alimentar os bichos-da-seda, cuja produção se faz na primavera, passando a servir para alimentação de outros animais? É uma hipótese que a notícia chegada quatro anos depois parece confirmar.

Na monografia que publicou em 1926, João Vilares dá conta do abandono da sericultura e do abate de amoreiras, dizendo que teriam de se plantar novamente para reavivar a atividade.⁴⁸ Mas a verdade é que não há nenhuma indicação de que se tenham voltado a plantar amoreiras, pelo menos em termos organizados e por iniciativa da Câmara Municipal. As tentativas de regresso à produção de casulo de bicho-da-seda em Gebelim, Valpereiro, Agrobom e Vilares (e outras, que este autor não indica) reforçam a ideia de que, depois da grande crise de 1875, a produção de casulo não se tinha extinguido por completo, mas a importância económica da atividade foi diminuindo progressivamente, apesar de em 1950 o concelho de Alfândega da Fé ter sido, no distrito de Bragança, o que mais semente de sirgo comprou.

De resto, confirmando esta continuidade de produção do

casulo, aparece em 1928⁴⁹ um requerimento da firma António Francisco Nogueira Lda., do Porto, pedindo a anulação do imposto *ad-valorem* sobre o casulo da seda, pedido deferido pela Câmara Municipal. Para além de outras considerações este assunto deixa entender que continuava a existir produção de casulo, que se destinaria apenas a exportação, pelo que a produção de seda, propriamente dita, já não deveria existir.

Quadro 1 – Ano de 1790
PRODUÇÃO DE CASULO

Localidade	Concelho	casulo fiado (arráteis) ⁵⁰
Agrobom	Castro Vicente	253
Gebelim	Castro Vicente	75,8
Saldonha	Castro Vicente	87
Soeima	Castro Vicente	108,8
Valpereiro	Castro Vicente	203,8
Vilarchão	Castro Vicente	28,8
Adeganha	Alfândega da Fé	436
Cardanha	Alfândega da Fé	370,12
Eucísia	Alfândega da Fé	449
Ferradosa	Alfândega da Fé	49,8
Nozelos	Alfândega da Fé	72,4
Pombal	Alfândega da Fé	216
Sambade ⁵¹	Alfândega da Fé	138,9
Covelas	Alfândega da Fé	28,8
Vila Nova	Alfândega da Fé	35,11
Santa Justa	Alfândega da Fé	19,8
Vales	Alfândega da Fé	113,8
Valverde	Alfândega da Fé	154,8
Vilarelhos ⁵²	Alfândega da Fé	644,12
TOTAL		2.728,65

Quadro 2 – 1853 – 1857
PRODUÇÃO DE CASULO

Ano	Casulo produzido (arráteis)	Maior Produtor	Total
1853	11.966	14.127 (Izeda)	85.368 ⁵³
1854	6.909	17.185 (Macedo)	70.490 ⁵⁴
1855	6.321	17.185 (Macedo)	82.858 ⁵⁵
1856	6.321	24.910 (Macedo)	111.795 ⁵⁶
1857	4.447	24.320 (Macedo)	105.275 ⁵⁷

Quadro 3 – 1868 – 1875
PRODUÇÃO DE CASULO

Ano	Casulo produzido (quilogramas)	Maior Produtor	Total
1868	14.580	18.007 (Macedo)	66.259 ⁵⁸
1869	14.900	14.900 (Alfândega da Fé)	59.090 ⁵⁹
1870	17.524	17.524 (Alfândega da Fé)	57.179 ⁶⁰
1871	17.217	18.584 (Macedo)	40.608 ⁶¹
1872	<9.000	12.570 (Macedo)	30.605 ⁶²
1875	1.600	5.600 (Macedo)	12.607 ⁶³

Conclusão

Apesar de não se conhecerem documentos que permitam estabelecer uma cronologia, ainda que alargada, sobre a época em que a sericultura se iniciou no território de Alfândega da Fé, pode, pelo menos, dizer-se que, estando essa atividade referenciada para quase todas as localidades nas Memórias Paroquiais de 1758, com particular destaque no caso de Vilares da Vilariça, a criação de bicho-da-seda e produção de casulo já era uma realidade na economia local antes do grande impulso promovido pela instalação da fábrica de Chacim e da introdução do método piemontês.

O que se passou de seguida, a partir de finais do século XVIII, terá sido o acompanhamento dos ciclos de crescimento ou de crise já estudados para todo o distrito, ainda que as fontes documentais disponíveis no Arquivo Histórico Municipal sejam parcas na informação que deixaram sobre este fenómeno.

Depois de 1875 a crise instalada na sericultura sentiu-se em toda a região e, antes que alguma medida tivesse sido tomada, o concelho de Alfândega da Fé enfrentou o momento mais dramático da sua história, que foi a extinção entre 1895 e 1898. No retorno à municipalidade, o concelho enfrentou gravíssimos problemas financeiros e dificuldades de reorganização da máquina administrativa, a que se juntaram

problemas económicos decorrentes da destruição da maior parte das vinhas, devido à filoxera, um fenómeno que vinha sendo identificado desde os anos oitenta desse século e que parece ter ocorrido em simultâneo com o declínio da sericultura.

As crises de falta de trabalho e a procura de medidas para as minimizar ocupam inúmeras sessões da Câmara Municipal a partir dos anos oitenta do século XIX e serão uma constante nas décadas seguintes. Durante a Primeira República as referências à sericultura praticamente desaparecem dos documentos locais. Admitindo-se que a atividade não estivesse extinta, é evidente que já não tinha grande significado em termos económicos e de ocupação de mão-de-obra e essa realidade não mudaria significativamente, apesar de a última notícia das atas das sessões da Câmara Municipal, em 1928, revelar que os comerciantes do Porto ainda por aqui vinham comprar casulo.

Segundo os dados fornecidos pela bibliografia consultada, em 1950 o concelho de Alfândega da Fé aparece como comprador de semente de sirgo, mas a quantidade dessa compra deixa perceber a diminuição da atividade económica, podendo apontar-se esta década como a página final da história local da sericultura.

NOTAS

¹ -Nesta informação bibliográfica, naturalmente resumida para um texto desta dimensão e com o objetivo indicado, recordamos a sempre importante obra de Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, a breve referência de João Batista Vilares ao assunto e, sobretudo, a recente investigação histórica que o Professor Doutor Fernando de Sousa (Comissário Científico daquela exposição) tem vindo a desenvolver sobre a Indústria das Sedas em Trás-os-Montes.

² -De forma muito rápida e para enquadrar este assunto recorde-se que no século XIX os limites do concelho de Alfândega da Fé foram alterados em 1836, em 1853 e em 1855, sendo desta última data a atual área geográfica. Sendim da Ribeira tinha entrado para o concelho em 1381 e saiu temporariamente entre 1836 e 1853; Parada, Vilarchão, Valpereiro e Agrobom entraram para o concelho em 1853; Soeima, Gebelim e Saldonha entrariam em 1855. Todas as restantes localidades do atual concelho já se encontravam nele desde a época medieval. Entretanto, estas alterações levaram também à saída de outras localidades que tinham integrado o concelho: Castro Vicente, pertenceu ao concelho de Alfândega da Fé entre 1381 e 1389 e muito mais tarde entre 1853 e 1855; Estevais, Assares, Santa Comba e Valbom entraram em 1836, mas saíram novamente em 1853; Cardanha, Adeganha, Nozelos e Junqueira entraram para o concelho em 1381 e nele se mantiveram até 1853.

³ -Talvez seja oportuno recordar que ao desaparecimento da sericultura como atividade económica lhe sobreviveu, durante pelo menos umas três

décadas, a memória da criação do bicho-da-seda, mantida por professoras e professores do ensino primário, que iniciavam os alunos nessa “arte”. As amoreiras foram escasseando, pondo fim a essas iniciativas lúdicas das escolas primárias e atualmente é preciso procurar com alguma insistência para se encontrar uma árvore dessas...

⁴ -Foral de Ervededo, 1271; documento referido por vários autores.

⁵ -Cf. Sousa (2006); vol. 1, p. 27.

⁶ -Lopes (2015); p. 156.

⁷ -Cf. Marques (2005); p. 101.

⁸ -Cf. Marques (2010); p. 150.

⁹ -Cf. Costa (1706); vol. 1, p. 418.

¹⁰ -Idem, vol.1, pp. 456-459.

¹¹ -Era Juiz de Fora, António José Osório de Pina Leitão e Escrivão das Sisas, Bernardo José de Sá.

¹² -Sobre este assunto ver Lopes (2016); pp. 24-46.

¹³ -Sobre a importância da indústria da lã, nomeadamente nas duas localidades referidas, existem referências mais antigas, mas também é um assunto que está por estudar. Costa (1706) menciona apenas o linho para Sambade, mas Columbano Ribeiro de Castro, em 1796, deixa-nos um retrato importantíssimo, com a indicação de números de fabricantes de lã e de cardadores, o que explica a quantidade de pisões que existiram em algumas ribeiras da serra. (Cf. Mendes (1981); p. 244).

¹⁴ -O Professor Doutor Fernando de Sousa é hoje, em nossa opinião, o investigador a quem devemos um monumental trabalho de investigação sobre a Indústria das Sedas em Trás-os-Montes e muito em particular no distrito de Bragança, território onde esta atividade teve maior relevância ao

NOTAS

longo dos tempos. Dos inúmeros trabalhos que já publicou sobre esta temática, pelo menos uma dezena, seguiremos e recolheremos informação a partir de *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes* (2006).

¹⁵ -Existe um auto da Câmara Municipal, de 14 de junho de 1801 que trata apenas da discussão de um “*empréstimo*” proposto por Dom Rodrigo de Souza Coutinho. O texto não esclarece objetivamente se o assunto se relacionava com questões de apoio nacional, se com os desenvolvimentos regionais à volta da seda. Na época Dom Rodrigo de Souza Coutinho era presidente do Real Erário e ministro da Fazenda, pelo que o assunto deste auto pode relacionar-se com as dificuldades financeiras do país. Mas também é certo que esta mesma figura, com apoio de vários negociantes, conseguiu que um alvará de 6 de janeiro de 1802 confirmasse a *Real Companhia do Novo Estabelecimento Para as Fiações e Torcidos das Sedas* (cf. Sousa (2006); vol. 1, p. 108 e pp. 333-341). Fica a dúvida.

¹⁶ -Sousa (2006); vol. 1, p. 326. Estes estatutos também foram publicados por Cordeiro (1998); pp. 20-23.

¹⁷ -Idem, vol. 1, p. 79.

¹⁸ -A derrama total, para estes concelhos, foi de 120\$000 reis.

¹⁹ -Sousa (2006); vol.1, p. 86.

²⁰ -Idem, vol.1, p. 85. O autor coloca erradamente Vilarelhos no concelho de Torre de Moncorvo, quando se sabe que a localidade passou ao concelho de Alfândega da Fé em 1381, vinda do de Vila Flor.

²¹ -Idem, vol.1, p.87. No ano de 1890 em Chacim fiaram-se 4.425.32 arráteis de casulo e em Vilarelhos 2.723.44 arráteis.

²² -Idem, vol. 1, p.89.

²³ -AHMAFE/CM/OM/EM/AUT/Lv002-Cx001, f. 27 a 28v.

²⁴ -AHMAFE/CM/OM/EM/AUT/Lv002-Cx001, f. 75.

²⁵ -Costa (1706); vol. 1, p. 425.

²⁶ -Mendes (1981); p.237.

²⁷ -Sousa (2006); vol. 1, p. 155.

²⁸ -Idem, vol. 2, p. 430.

²⁹ -AHMAFE/CM/OM/EM/AUT/Lv006-Cx004, f. 205v.

³⁰ -Idem, vol. 1, p. 168; idem, vol. 2, p.531.

³¹ -Desse fenómeno dá conta Alves (2000); tomo II, p. 466.

³² -Cf. Sousa (2006); vol. 1, p. 172.

³³ -Sousa (2006); vol.1, p.173.

³⁴ -AHMAFE/CM/OM/EM/AUT/Lv006-Cx004, f. 185.

³⁵ -Documento publicado in Sousa (2006); vol.2, p.457.

³⁶ -Nos autos da Câmara Municipal encontram-se várias referências à feira, que durante todo o século XIX foi mensal e não quinzenal, como atualmente, mas nenhuma nota em especial sobre a venda de seda nesta feira anual de agosto. Aliás, convém referir que a primeira notícia da intenção de criar uma Feira Franca, com a designação de Anual, data de 1851.

³⁷ -AHMAFE/CM/OM/EM/AUT/Lv007-Cx004, f. 10 a 10v.

³⁸ -AHMAFE/CM/OM/EM/AUT/Lv007-Cx004, f. 19v a 20v.

³⁹ -AHMAFE/CM/OM/EM/AUT/Lv007-Cx004, f. 61v a 62.

⁴⁰ -AHMAFE/CM/OM/EM/AUT/Lv007-Cx004, f. 98v a 99.

⁴¹ -Sousa (2006); vol. 1, p. 193.

⁴² -Idem, vol.1, p. 204.

⁴³ -AHMAFE/CM/OM/EM/AUT/Lv007-Cx004, f. 63.

NOTAS

⁴⁴ -Sobre a filoxera e os seus nefastos efeitos económicos locais apresentaremos brevemente os registos documentais existentes no Arquivo Histórico Municipal.

⁴⁵ -Sousa (2006); vol. 1, p.222.

⁴⁶ -AHMAFE/CM/OM/CEM/AUT/Lv002-Cx001, f. 42. A venda rendeu 65\$000 reis, o que é uma verba significativa para a época e deixa perceber que devia haver muitas amoreiras para darem lenha neste valor. Como em 1875 existe notícia do arranque ilegal das amoreiras do Prado, o mais certo é que tenham sido plantadas de novo, embora dessa medida não tenha ficado nenhum registo local. (Sessão de 6 de março).

⁴⁷ -AHMAFE/CM/OM/EM/AUT/Lv020-Cx011, f. 43v.

⁴⁸ -Vilares (1926); p. 70.

⁴⁹ -AHMAFE/CM/OM/EM/AUT/Lv021-Cx011, f. 63.

⁵⁰ -Arrátel = 0,459 Kg.

⁵¹ -Em 1790 Sambade fiou em Chacim 76,8 arrátéis e em Vilarelhos 62,10 arrátéis

⁵² -Em 1790 Vilarelhos é a localidade de maior produção das que aqui trouxeram casulo para fiar, ou a Chacim.

⁵³ -Refere-se ao total do distrito. Alfândega da Fé ocupa a 2ª posição, com 14,01% da produção total.

⁵⁴ -Refere-se ao total do distrito. Alfândega da Fé ocupa a 4ª posição, com 9,8% da produção total.

⁵⁵ -Refere-se ao total do distrito. Alfândega da Fé ocupa a 5ª posição, com 7,62% da produção total.

⁵⁶ -Refere-se ao total do distrito. Alfândega da Fé ocupa a 5ª posição, com 5,84% da produção total.

⁵⁷ - Refere-se ao total do distrito. Alfândega da Fé ocupa a 8ª posição, com 4,22% da produção total.

⁵⁸ -Concelhos abrangidos: Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mogadouro e Vimioso. Alfândega da Fé ocupa a 2ª posição, com 22% da produção total.

⁵⁹ -Os mesmos concelhos. Alfândega da Fé ocupa a 1ª posição, com 25,21% da produção total.

⁶⁰ -Os mesmos concelhos, com valores estimativos para Carrazeda de Ansiães, Mogadouro e Vimioso. Alfândega da Fé ocupa a 1ª posição, com 30,64% da produção total.

⁶¹ -Concelhos abrangidos: Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros e Vimioso. Alfândega da Fé ocupa a 2ª posição, com 42,39% da produção total

⁶² -Concelhos abrangidos: Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiro e Vimioso. Valores estimativos para Alfândega da Fé e Mogadouro. Alfândega da Fé ocupa a 2ª posição, com cerca de 24% da produção total.

⁶³ - Concelhos abrangidos: Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mogadouro e Vimioso. Alfândega da Fé ocupa a 3ª posição, com 12,69% da produção total.

BIBLIOGRAFIA

Alves, Francisco Manuel (2000); Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança, Santa maria da Feira, edição da Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus.

Cordeiro, José Manuel Lopes (1998); *Os Estatutos do Filatório de Chacim*, revista Caminhos, Câmara Municipal de Macedo de cavaleiros, nº 2, 1998.

Costa, António Carvalho da (1706); *Corografia Portuguesa...*, Lisboa.

Lopes, Francisco José (2015); *As Cartas de Foral de Alfândega da Fé (1294-1510)*, Águeda, Lema d'Origem.

Lopes, Francisco José (2016); *Roteiro Documental do Arquivo Histórico Municipal de Alfândega da Fé*, Bragança, edição do autor para a CMAFE.

Marques, Maria Alegria Fernandes (2005); *Os Forais de Torre de Moncorvo*, Paredes, Reviver-Editora.

Marques, Maria Alegria Fernandes (2010); *Espaços e poderes – Mogadouro: Forais, Concelhos e Senhores (Séculos XII-XVI)*, Paredes, Reviver-Editora.

Mendes, José Maria Amado (1981); *Trás-os-Montes nos finais do século XVIII segundo um manuscrito de 1796*, Coimbra, UC/INIC.

Sousa, Fernando de (2006); *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*, Afrontamento.

Vilares, João Baptista (1926); *Monografia do Concelho de Alfândega da Fé*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, Lda., edição da Câmara Municipal.